



Teixeira Duarte admite comprar três fábricas da Cimpor

A construtora quer "exercer os seus direitos" sobre as fábricas em Portugal e no Brasil, caso a OPA da Camargo Corrêa seja bem sucedida. Brasileiros garantem que não sobem preço. ➔ **P4 A 7**

João Paulo Dias/Arquivo Económico



A CGD, liderada por Faria de Oliveira, justifica venda da Cimpor com imposições da 'troika' e considera preço "aceitável"



OPA
à Cimpor

Acordo com
Teixeira Duarte
envolve uma
fábrica em
Portugal e duas
no Brasil.



DESTAQUE OPA À CIMPOR

Teixeira Duarte vai comprar três fábricas à Cimpor

A construtora garante que vai "exercer os seus direitos" caso a OPA da Camargo Corrêa à Cimpor tenha sucesso. Brasileiros garantem que não sobem preço.

Nuno Miguel Silva, Maria Teixeira Alves e António Costa
nuno.silva@economico.pt

A Teixeira Duarte está a seguir com atenção o processo em torno da Oferta Pública de Aquisição (OPA) que a InterCement, empresa controlada pelo grupo brasileiro Camargo Corrêa, lançou na passada sexta-feira à totalidade do capital social da Cimpor. "Seguimos o processo da OPA à Cimpor com atenção e iremos exercer os nossos direitos caso o desenrolar da operação assim o indique", disse ao Diário Económico fonte oficial da construtora liderada por Pedro Maria Teixeira Duarte.

Quando vendeu a sua posição na Cimpor à Camargo Corrêa, a 10 de Fevereiro de 2010, a Teixeira Duarte conseguiu um acordo com o grupo brasileiro segundo o qual a construtora pode exercer o direito a recomprar as fábricas da Cimpor em Alhandra, em Portugal, e de Cezarina e de Campo Formoso, no Brasil, por um preço a determinar por bancos de investimento internacionais, desde que o grupo brasileiro passe a controlar a maioria do capital social da Cimpor.

"O acordo está válido e exercemos esse direito se for caso disso", acrescentou a mesma fonte. Quando foi firmado este acordo, havia igualmente uma cláusula que permitia à Teixeira Duarte recomprar a totalidade do capital da Cimpor caso esta vendesse à Camargo Corrêa activos no valor de 1.500 milhões de euros. Essa cláusula expirou a 12 de Fevereiro deste ano porque tinha de ser exercida pela construtora no prazo máximo de dois anos.

Este factor, associado ao fim da opção da Investifino (de Manuel Fino) para recomprar a posição de 9,6% à Caixa Geral de Depósitos e às mudanças na Lei da Concorência no Brasil previstas para Junho deste ano terão levado a Camargo Corrêa a acelerar o "timing" desta OPA, explicou ao Diário Económico uma fonte ligada ao processo.

À Camargo Corrêa interessa essencialmente ir para o mercado africano em conjunto com os portugueses. No prospecto preliminar é referido que a Camargo (InterCement) tem intenção, tanto quando os seus accionistas permitirem, de fazer da Cimpor a sede

da indústria cimenteira da Camargo, o que implica transferir para Portugal todas as cimenteiras do Brasil e da América Latina. "Do ponto de vista das actividades empresariais, a Oferente pretende propor ao Conselho de Administração da visada a integração na Cimpor dos activos e operações de cimento e betão da InterCement na América do Sul e em Angola (actualmente reunidas nas participadas da Oferente)", revela o documento. Não são definidas condições concretas dessa integração e dependerá sempre de conseguirem comprar o controlo.

A Camargo fala também do objectivo de instituir "uma estrutura accionista coerente e estável da Cimpor". Mas todo o prospecto vai no sentido de uma integração da Camargo com a Cimpor, pelo que tal deverá implicar a repartição prévia de activos da Cimpor com a Votorantim, que sozinha tem 21,2% mas a que lhe estão imputados os 9,6% da CGD.

"Está a ser estudado um tipo de

soluções que convém a ambas: à Camargo e à Votorantim. Até porque o entendimento é inevitável", revelou ao Diário Económico fonte ligada ao processo. Havendo um entendimento no horizonte da Camargo, surge imediatamente a questão: porque não o lançamento de uma OPA em conjunto?

O facto de tentarem um entendimento com a Votorantim à "posteriori", e não à partida, prende-se apenas com uma questão formal, explicou a mesma fonte. Porque se fizessem um entendimento prévio teriam de lançar uma OPA obrigatória e assim lançaram uma OPA voluntária, o que acarreta diferenças em termos de preço. Numa OPA obrigatória o preço teria de ser superior à média ponderada dos últimos seis meses. O preço oferecido (5,5 euros por acção), na OPA voluntária, é superior a esta média, pelo que os pequenos accionistas não ficam prejudicados.

Camargo não vai subir o preço

O Diário Económico sabe que a Camargo não tem qualquer intenção de subir o preço da oferta. Pelo contrário, recusa-se a fazê-lo. No prospecto é referido, inclusivamente, que este preço "é um pressuposto da decisão do lançamento da OPA".

O documento preliminar especifica que a contrapartida oferecida é de 5,5 euros por acção, a pagar em numerário, "deduzido de qualquer montante (líquido) que venha a ser atribuído a cada acção, seja a título de dividendos [está previsto distribuir 0,16 céntimos por acção], de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das acções e se esse momento ocorrer antes da liquidação da Oferta".

A OPA da Camargo sobre as acções da Cimpor é voluntária e não tem qualquer cláusula mínima de sucesso. Isto é, não está condicionada à aquisição de um número mínimo de acções, pelo que o sucesso da oferta está sempre garantido, independentemente de a CGD, o Fundo de Pensões do BCP ou mesmo Manuel Fino venderem ou não na OPA. Isto apesar da intenção da Camargo Corrêa ser a de comprar o controlo da empresa de cimentos portuguesa. ■

PRINCIPAIS PONTOS

1 Preço

A contrapartida oferecida é de 5,5 euros por acção, a pagar em numerário, deduzido de qualquer montante (líquido) que venha a ser atribuído a cada acção, seja a título de dividendos, de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das acções e se esse momento ocorrer antes da liquidação da Oferta.

2 Impedimentos

A OPA é condicionada à não verificação de actos que afectem a situação patrimonial da Cimpor: aumentos de capital; dissolução, fusão, cisão da sociedade; distribuir bens ou reservas da Visada, sem prejuízo da distribuição de € 0,166 (brutos) por acção, a título de dividendos relativos ao exercício de 2011; actos que onerem as acções da visada; preenchimento de vagas nos órgãos sociais da Cimpor ou de participadas sem acautelar que a destituição sem justa causa dos designados possa ocorrer mediante uma indemnização cujo montante não exceda a respectiva remuneração anual; etc.

3 Não subir preço

Constitui ainda pressuposto da decisão de lançamento da OPA que, em caso algum, a contrapartida a oferecer no contexto da Oferta venha a ser superior ao preço indicado (5,5 euros por acção), excepto se tal resultar da sua própria decisão.

4 Permanecer em bolsa

Sem prejuízo da eventual concretização do mecanismo de aquisição por testativa ou perda da qualidade de sociedade aberta, a Oferente não tem, neste momento, intenção de excluir as acções da Cimpor de negociação em mercado regulamentado.

ESTRUTURA ACCIONISTA (Valores em percentagem)

CIMPOR UM GRUPO PRESENTE EM 12 PAÍSES

A Cimpor é uma das empresas portuguesas mais globalizadas, estando presente em 12 países de quatro continentes. O grupo encontra-se entre o 'top ten' mundial do sector cimenteiro. A actividade no Brasil tem ganho relevância.



CIMPOR

CAPACIDADE INSTALADA
(milhões de toneladas)

Outras localizações:

- 1 Cabo Verde
- 2 Marrocos
- 3 Tunísia
- 4 África do Sul

A actividade da Cimpor foi, o ano passado, muito afectada pelas perturbações em dois mercados tradicionalmente mais rentáveis (Portugal e Egipto), a recuperação ou crescimento nos mercados emergentes (Brasil, Moçambique, Turquia e China) aliada a uma redução de custos levaram a um resultado final de 616 milhões de euros, ou seja, uma quebra de 2,2% do seu EBITDA. O Brasil foi o país mais importante para a Cimpor em termos de venda de cimento.

VOLUME DE NEGÓCIOS
(milhões de euros)

Brasil
688,9

Fonte: Cimpor, relatório e contas de 2011.



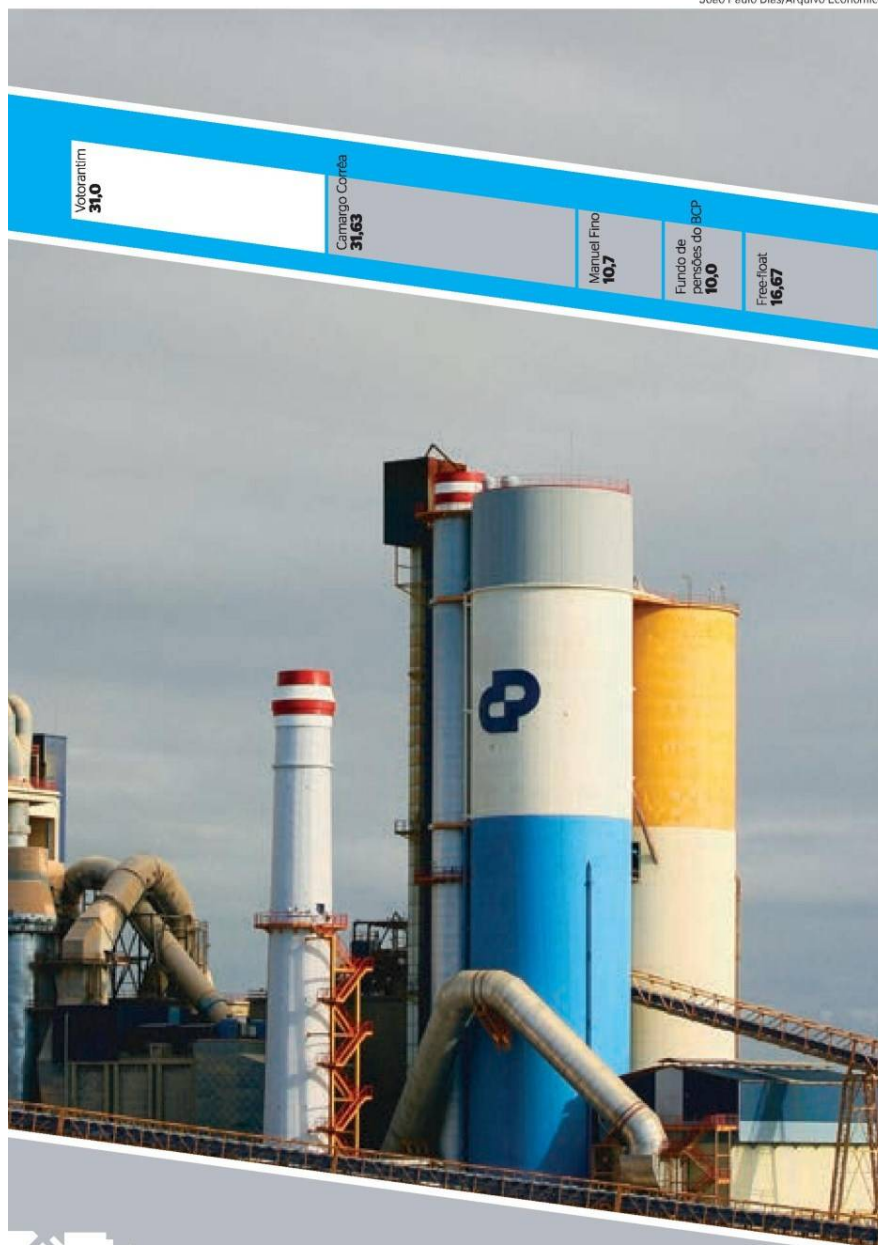
PONTOS-CHAVE

▶ A Teixeira Duarte está a seguir com atenção o processo em torno da OPA que a Camargo Corrêa, lançou na passada sexta-feira à totalidade do capital social da Cimpor.

▶ A necessidade de cumprir a desalavancagem que foi imposta à banca nacional, em resultado da ajuda externa, justifica a decisão da CGD de vender a participação de 9,58% que detém na Cimpor.

▶ A Votorantim garante que ainda não tomou qualquer decisão em relação à sua posição na Cimpor, confirmou, ao Diário Económico, fonte oficial da empresa brasileira.

João Paulo Dias/Arquivo Económico



‘Timing’ da OPA evita problemas de concorrência

Lei da Concorrência muda em Junho no Brasil.

Maria Teixeira Alves
e **Margarida Vaqueiro Lopes**
maria.alves@economico.pt

Uma das vantagens das empresas que pretendem levar a cabo fusões e aquisições em solo brasileiro é o facto de estas operações poderem acontecer antes da aprovação do regulador. E ainda que as autoridades considerem que a operação não deveria acontecer, “reverter isso depois é muito difícil”, explicou no final do ano passado o coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV (Fundação Getúlio Vargas) ao Diário Económico.

Esta é, aliás, uma das razões pelas quais este é considerado o ‘timing’ perfeito para a OPA da Camargo Corrêa ser lançada. É que, em Junho, a Lei da Concorrência no Brasil vai mudar e a nova legislação vai tornar mais complexa a aprovação de operações de fusões e aquisições.

Na futura lei, passa a ser como na Europa: a aprovação das autoridades da concorrência é prévia à aquisição de controlo. “Com a actual lei, fazem já a aquisição e só depois negociam com o CADE [entidade brasileira que investiga os processos de concorrência]. Após a lei mudar, no limite, o CADE pode demorar até 360 dias a analisar”, revela outra fonte.

Há, no entanto, uma dúvida concorrencial relacionada com a participada brasileira, a Cimpor Brasil, que ainda não está esclarecida. Em Novembro passado, a Cimpor Brasil foi autorizada a mudar o estatuto jurídico de sociedade limitada (equivalente às sociedades por quotas em Portugal) e a transformar-se em sociedade anónima, através de uma directiva do CADE. Porém, o regulador impôs um conjunto de limitações, entre as quais se destaca a necessidade de separar os responsáveis da Votorantim e da Camargo Corrêa desta participada.

Na prática, a medida cautelar exige que a Cimpor Brasil, mesmo depois de passar a sociedade anónima, se mantenha “como sociedade fechada”. A autorização do CADE decidiu “não permitir que qualquer parcela do capital social da CCB [Cimpor Cimentos Brasil] ou que qualquer valor mobiliário, bem como títulos de crédito, emitidos por essa sociedade sejam adquiridos pelo Grupo Votorantim ou pela Camargo Corrêa S.A., ou por qualquer pessoa jurídica de alguma forma coligada (ainda que por participações minoritárias, controlo indirecto,

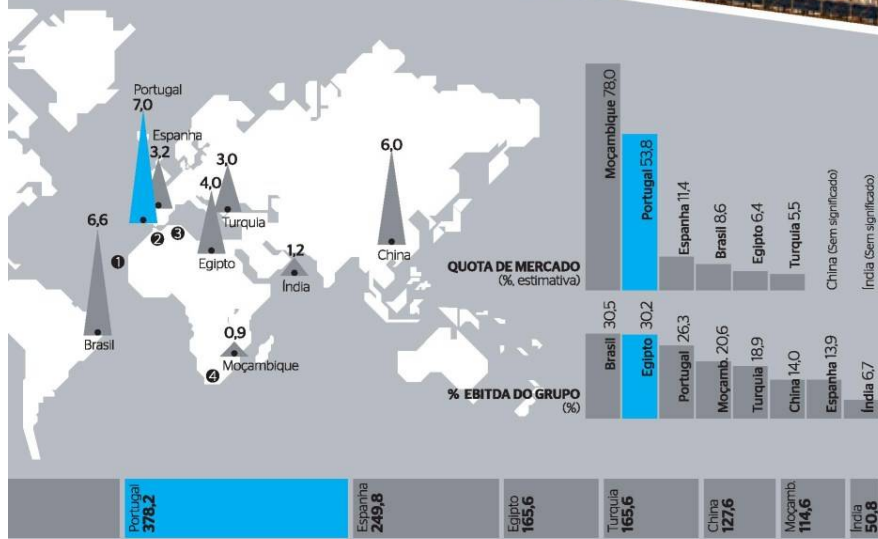
controlo externo via contrato ou qualquer outra forma jurídica) a um desses grupos”.

O Diário Económico tentou obter uma explicação junto do CADE, mas até ao fecho da edição não foi possível esclarecer quais os cenários possíveis no caso de a OPA da Camargo ser bem sucedida, uma vez que a participada brasileira foi, há cinco meses, totalmente blindada tanto à Votorantim como à Camargo.

Já em Portugal a operação de concentração que resultará da OPA lançada pela Camargo Corrêa não levantará grandes problemas em matéria de concorrência. A aplicação dos critérios de volume de negócios por mercados aponta para que a operação deva ser notificada à Autoridade da Concorrência, não caindo na alçada de Bruxelas já que a empresa brasileira não tem outra operação na Europa para além da Cimpor, que fica abaixo da facturação exigida por lei para operações de concentração a notificar em Bruxelas.

Uma vez notificada a operação, o processo não deverá ter dificuldades em passar no crivo da concorrência. “A impressão que tenho é que a estrutura do mercado de produção de cimentos e derivados em Portugal não se altera minimamente por força da OPA”, diz Nuno Ruiz, especialista em direito da Concorrência da Vieira de Almeida & Associados. ■ **com H.S.**

Em Junho, a Lei da Concorrência no Brasil vai mudar e a nova legislação vai tornar mais complexa a aprovação de operações de fusões e aquisições.



Infografia: Susana Lopes | susana.lopes@economico.pt



DESTAQUE OPA À CIMPOR

Caixa justifica venda da Cimpor com 'troika'

CGD considera preço "aceitável", mas "susceptível de ser melhorado". E lembra imposições trazidas pela ajuda externa.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

A necessidade de cumprir a desalavancagem que foi imposta à banca portuguesa, em resultado da ajuda externa, justifica a decisão da Caixa Geral de Depósitos (CGD) de vender a participação de 9,58% que detém na Cimpor.

Num comunicado ontem divulgado, o banco público explica que uma das vias privilegiadas pela 'troika' para esse processo de desalavancagem é a "alienação de participações não 'core' no capital social de empresas de forma a preservar, tanto quanto possível, o necessário contributo para o financiamento da economia portuguesa". No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, as autoridades internacionais deram instruções claras ao Governo para que o seu banco estatal se concentrasse no negócio 'core' do sector financeiro. A carteira de participações, que inclui activos como a PT, o BCP, a Zon e a Cim-

OPA DA CAMARGO

5,5 euros

Preço que a Camargo Corrêa está a oferecer pela totalidade das acções da Cimpor.

OPA DA CSN FALHADA

6,18 euros

Preço final oferecido pela CSN na OPA à Cimpor de 2010 que foi rejeitado. A oferta inicial começou por ser de 5,75 euros.

por, assim como o negócio segurador e a saúde são para vender, dentro de um calendário relativamente curto.

Ontem o "Jornal de Negócios" noticiou que a decisão de venda da posição da CGD na Cimpor - herdada por um financiamento concedido no passado a Manuel Fino que não foi cumprido - foi tomada por imposição do Executivo de Passos Coelho.

Em resposta aos comentários que têm surgido pelo facto de a CGD ter aceite o preço de 5,5 euros pela Camargo Corrêa, o banco lembra no comunicado "o actual enquadramento do mercado e da própria operação". Contexto esse que, para a Caixa, torna "totalmente irrelevante" comparações "com outros valores anunciados ou praticados em transacções passadas, envolvendo a Cimpor". Em causa está, por exemplo, a oferta de 6,18 euros da CSN, feita em Fevereiro de 2010 - um valor revisito face aos 5,75 euros oferecidos inicialmente.

O comunicado especifica ainda que a decisão se reveste de especial importância uma vez que esta alienação está associada à "entrada de capitais privados externos na economia" e representa "uma oportunidade" para pôr em prática o programa de alienações da Caixa.

A oferta de 5,5 euros por acção feita pela Camargo Corrêa é definida pela CGD como "um preço aceitável", embora "susceptível de melhoria". No entanto, o Diário Económico sabe que a Camargo não tem qualquer intenção de subir o preço da oferta. Antes pelo contrário, recusa-se a fazê-lo" (ver pág. 4).

O banco do Estado volta a recordar o contrato que tem com a Votorantim. "Esta decisão da CGD (...) está naturalmente subordinada ao previsto no acordo parassocial em vigor que assinou com a Votorantim Cimentos", refere o comunicado desta segunda-feira.

Segundo sabe o Diário Económico, os deveres previstos no acordo parassocial entre a CGD e a Votorantim cessam no caso de uma oferta pública de aquisição (OPA), como a que foi agora lançada sobre a Cimpor. Significa isso que não há lugar, por exemplo, ao pagamento de nenhum valor indemnizatório à outra parte, como ocorreria noutro tipo de situações. Recorde-se que a CGD só passou a poder dispor das acções da Cimpor, com plenos poderes, desde Fevereiro, altura em que venceu o prazo para recompra das acções por Manuel Fino. ■

A oferta de 5,5 euros por acção feita pela Camargo Corrêa é definida pela CGD como "um preço aceitável", embora "susceptível de melhoria".

ANÁLISE MOMENTO CERTO PARA LANÇAR OPA

Prémio não é generoso

EXCLUSIVO
FT No mundo dos negócios há sempre qualquer coisa que se perde na tradução, mas também pode haver equívocos quando se fala a mesma língua. Há dois anos, a Cimpor-Cimentos de Portugal, líder do mercado nacional de cimento, foi alvo de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) algo atabalhoada. No final, todos os interessados ficaram de mãos a abanar: as brasileiras Camargo Corrêa e a Votorantim não conseguiram adquirir participações de monta no grupo português, e a Companhia Siderúrgica Nacional, também brasileira, acabou por ver a sua oferta - 6,18 euros por acção - rejeitada. Agora, porém, a linguagem é muito clara. A Camargo oferece 5,50 euros por acção pelos 67% da Cimpor que não detém.

Não se pode dizer que a oferta, que avalia o grupo em 3,7 mil milhões de euros e que no fecho de sexta-feira tinha um prémio de 10% associado, seja generosa. É verdade que a Cimpor sofreu as consequências da austeridade na Península Ibérica e da agitação política no Egipto - mercados que representam, no conjunto, 40% da sua capacidade -, mas também é verdade que, no ano passado, a exposição a nove outros países mais promissores, entre os quais China, Índia e Brasil, ajudou a

manter as vendas e as receitas operacionais estáveis.

Espera-se, além disso, que a procura global de cimento continue fraca - as melhorias em 2012 ficarão seguramente abaixo dos dois dígitos. Alguns dos principais 'players', como a francesa Lafarge, pensam que os preços também vão manter-se estáveis, embora estejam preocupados com os custos energéticos. O Brasil deverá beneficiar do desenvolvimento de infraestruturas na sequência do Mundial de Futebol em 2014 e das Olimpíadas em 2016. A oferta da Camargo - 14 vezes a estimativa da receita média em 2012 para a Cimpor - está unicamente em linha com os múltiplos do sector não inflacionados pela oferta.

Aparentemente, a Camargo escolheu o momento certo para lançar a OPA. Dois investidores ligados a bancos portugueses parecem dispostos a aceitar e a Votorantim, que detém um quinto da Cimpor, poderá ter mais interesse em unir-se à Camargo do que em cobrir o valor proposto. Quando os mercados estão agitados, a tendência é escolher os "frutos mais suculentos" e Portugal não é excepção. A timidez das acções da Cimpor face ao preço de oferta coloca os restantes accionistas fora de jogo. ■

Votorantim ainda não

A empresa garante que está a estudar todas as opções.

Margarida Vaqueiro Lopes
margarida.lopes@economico.pt

A Votorantim garante que ainda não tomou qualquer decisão em relação à sua posição na Cimpor. Em declarações ao Diário Económico, fonte oficial da empresa brasileira afirmou que a Votorantim "irá analisar a proposta e avaliar todas as alternativas que se apresentam, com o objectivo de atender a sua estratégia de desenvolvimento de negócios e criação de valor no longo prazo".

O Diário Económico sabe também que a empresa ainda não tomou qualquer decisão sobre o acordo parassocial que há dois anos une a Votorantim à Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Recorde-se que a Votorantim tem apenas 21,2% do capital da Cimpor, mas com o acordo a que o grupo brasileiro chegou com a CGD, são-lhe imputados votos referentes a 30,8% do capital social da cimenteira portuguesa.

Numa nota de 'research' a que o Diário Económico teve acesso, o BPI refere que a venda da sua posição na Cimpor poderia ser uma bom negócios para a Votorantim por, pelo menos, três razões: por um lado o impacto financeiro era praticamente neutro - a Votorantim poderia encaixar oito milhões de euros com o negócio, fazendo as contas ao preço a que adquiriu a posição na cimenteira nacional, à oferta feita pela Camargo e ainda aos dividendos recebidos nos últimos dois anos. Com a entrada no capital da Cimpor, a Votorantim impediu a



Paula Nunes

Analistas consideram preço baixo mas não duvidam do sucesso da OPA

Para os pequenos accionistas vender a 5,5 euros pode não ser um mau negócio.

Luís Leitão

luis.leitao@economico.pt

Na primeira sessão de bolsa depois do anúncio da Oferta Pública de Aquisição (OPA) da Camargo Corrêa, as acções da Cimpor dispararam mais de 10%, com os títulos a negociarem apenas por breves minutos nos 5,5 euros, o preço oferecido pela empresa brasileira. Foram mais de 5,2 milhões de títulos da cimenteira que ontem trocaram de mãos, num volume de negociação médio de 28,8 milhões de euros, o valor mais elevado desde 2007.

A oferta da Camargo avalia a Cimpor em 3.696 milhões de euros, e implica o pagamento de 2.479 milhões de euros aos restantes accionistas pelos 67,06% do capital da cimenteira portuguesa que a empresa brasileira não controla. Recorde-se que na anterior tentativa de OPA à cimenteira nacional, efectuada pela CSN, começou a 18 de Dezembro de 2009 com um preço de 5,75 euros por acção e terminou a 22 de Fevereiro de 2010 com um preço revisto de 6,18 euros, sem que a CSN tenha atingido os seus objectivos.

Para os pequenos accionista da Cimpor, a oferta da Camargo pode ser uma oportunidade tentadora de encaixar algumas mais-valias, dado que desde Maio de 2010 que os títulos da Cimpor não transpõem a barreira dos 5,5 euros. Porém, os dez analistas que acompanham a cimenteira nacional consideram que o preço oferecido é reduzido, dado que o preço-médio das suas avaliações é de 5,82 euros.

É o caso de João Mateus, analista do Millennium Investment Banking: "Dados os níveis de preço atingidos na anterior OPA, os valores de aquisição das próprias participações da Camargo, e mesmo da Votorantim, e a nossa avaliação [6,05 euros por acção], o preço inicial proposto para esta OPA parece-nos demasiado baixo".

Todavia, isto não significa que os analistas estejam a apostar num fracasso da OPA, pelo contrário. Bruno Silva, analista do BPI, por exemplo, reviu ontem o preço-alvo de 5,80 euros para os actuais 5,50 euros, antecipando o sucesso da OPA. Mais ainda quando, de acordo com as últimas notícias, quer o fundo de pensões do BCP quer a CGD, que detêm individual-

mente 10% do capital da cimenteira, estão disponíveis para vender ao preço proposto. Se tal acontecer, a Camargo ficará com 53% da Cimpor e com o controlo da cimenteira.

Quanto à Votorantim, que detém 21% da Cimpor, os analistas não acreditam que esta venha a bloquear o negócio. João Mateus, por exemplo, considera que a Votorantim "não deverá ficar na Cimpor com uma posição enfraquecida e, por isso, deverá sair, não por troca de dinheiro, mas possivelmente de activos". Assim, da parte da Votorantim, este negócio poderá significar o bloqueio da entrada de um novo 'player' no mercado brasileiro e resolver os problemas de competição associados por terras de Vera Cruz.

Para os pequenos investidores, ao contrário do que possa parecer, os analistas salientam que não se trata, obrigatoriamente, de um primeiro passo para o desmembramento da Cimpor. A própria Camargo já referiu que não pretende tirar a cimenteira portuguesa de bolsa. "Parece ser uma proposta realista, pois a Camargo ficaria com uma posição maioritária e o restante em 'free-float'", ressalva João Mateus. E do ponto de vista financeiro, faz todo o sentido que isso suceda, evitando que a Camargo despenda mais dinheiro para obter o que pretende: o controlo da Cimpor. ■

decidiu se aceita a oferta

entrada, por exemplo, da CSN no mercado brasileiro, tendo reafirmado a sua posição como líder de mercado no sector dos cimentos. Mesmo saindo agora do capital da empresa nacional, dificilmente entrarão novos 'players' no mercado brasileiro. A venda da posição da Votorantim à Camargo resolveria também os problemas de concorrência que há meses estão a ser analisados pelo regulador do mercado brasileiro, o CADE.

Ainda assim, é preciso lembrar que a Cimpor sempre foi apontada pela empresa brasileira como estratégica sobretudo para entrada noutros mercados. Há cerca de um ano, numa altura em que os mercados davam como certa uma ruptura entre o grupo liderado por António Ermírio de Moraes e a Camargo Corrêa, fonte oficial da Votoran-



Aos 84 anos António Ermírio de Moraes preside ao Conselho de Administração do Grupo Votorantim. Tem uma fortuna avaliada em cerca de nove mil milhões de euros.

tim reafirmava ao Diário Económico que "a participação na Cimpor consolida a estratégia de internacionalização da Votorantim, iniciada em 2001, na América do Norte". Para além disto, referiu na ocasião a mesma fonte, a posição da Votorantim na Cimpor tem como principal objectivo "ser uma plataforma de crescimento do grupo no cenário internacional, notadamente em importantes mercados onde ainda não actuava, como alguns países da Europa, África e Ásia".

Ainda no final do ano passado a Votorantim entrou em conversações com os bancos norte-americanos JP Morgan Chase e Bank of America para que apoiassem o grupo na corrida ao controlo da Cimpor, tendo mesmo chegado a estar a hipótese de uma OPA por parte da Votorantim em cima da mesa. ■

ACÇÕES DA CIMPOR

As acções da cimenteira bateram ontem máximos de Maio de 2010 na sessão mais activa desde 2007.



Fonte: Bloomberg. Valores do volume de negociações em milhões de euros.